



ENARA - Executiva Nacional das
Associações Regionais de Arquivologia
Arquivistas unidos pelo fortalecimento da profissão!!!

O ARQUIVO E A MEMÓRIA DAS MINORIAS SOCIAIS: UM ESTUDO DO FUNDO GRUPO ‘SOMOS’ DO ARQUIVO EDGARD LEUENROTH

SOUSA, Antonio Gouveia de
tonyunesp_2@yahoo.com.br

Bolsista MEC/SESu/PET-Biblioteconomia
Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho – UNESP- Marília – SP.

Orientador

GUIMARÃES, José Augusto Chaves
guimajac@marilia.unesp.br

Prof.º Dr. Departamento de Ciência da Informação
Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho – UNESP- Marília – SP.

Resumo

A memória coletiva é constituída a partir das recordações de acontecimentos ou ações que se deram no passado refletido e ligado em nosso presente, configurando-se então pelo esquecimento e pela lembrança. Assim, o arquivo surge como um lugar propício para o resgate ou construção de memórias coletivas ou individuais por meio da custódia de seus documentos que podem apresentar elementos que una ou identifique grupos e indivíduos. Dessa forma, objetiva-se demonstrar que o arquivo pode ser utilizado como lugar dispositivo de memória, com vistas a valorizar e preservar a memória de grupos ou indivíduos, como dos grupos de militância homossexual brasileiro, por meio do resgate do fundo grupo *Somos*, estabelecendo a relação entre a contextualização histórica e a custódia dos documentos. Para tanto prevê-se uma revisão bibliográfica com coleta de dados em instrumentos de pesquisas arquivística e consulta em alguns documentos de fundação do Arquivo Edgard Leuenroth. Esperam-se, como resultados, contribuir para estudos na área da Arquivística, sobre a custódia de documentos compostos em fundos não oficiais, demonstrando que estes podem ser utilizados para (re) constituição da memória e identidade.

Palavras-chave: Arquivo.Memória e Identidade. Movimento Homossexual. Grupo ‘Somos’.

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos públicos têm como função receber documentos que provêm das ações administrativas de qualquer segmento social que esteja inserido em seu contexto, servindo, posteriormente, como um ambiente de memória e identidade destes. Essas instituições resultam de seu período político e cultural, não conferindo muitas vezes a custódia de documentos de certos grupos ou minorias políticas.

Tradicionalmente o arquivo e suas funções não são amplamente conhecidos como representativa instituição que custodia documentos que possibilita a (re) constituição da memória de grupos como de algumas minorias sociais. Como afirma Pollak (207, p. 9) a memória é construída na tentativa de resgatar o passado por meio das lembranças e configura-se também pelo esquecimento, pois nem todos os fenômenos são passíveis de recordações, assim, recordamos uma pequena parcela de nosso passado.

Segundo LOWENTHAL (1995 p. 83, grifo do autor):

Relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves* anteriores, por mais diferente que tenhamos nos tornado. A perda da memória destrói a personalidade e priva a vida de significados.

O número de arquivos que constituem fundos com documentos relacionados às questões política e cultural da homossexualidade no Brasil são poucos, uma vez que a incidência de tipos documentais como registros médicos e boletins são freqüentes nestas instituições, ou seja, documentos que muitas vezes não relatam a vivência desses grupos em seus diferentes aspectos, pelo motivo das várias formas de preconceito. A isso se atribui o já mencionado fato de que os arquivos e suas funções são desconhecidos por muitas pessoas em nossa sociedade, fato este que acaba dificultando a disseminação das informações contidas nestes documentos, que podem ser utilizados para recuperar ou até mesmo constituírem a memória e identidade de grupos ou indivíduo, assim como para resguardar os direitos desses.

Segundo Mott (2007, p. 1),

A documentação manuscrita e a produção literária antiga conservada referem-se quase exclusivamente ao mundo dos homens brancos – pairando desconcertante silêncio sobre a pluralidade da população brasileira, rara são as informações e registros sobre mulheres, escravos, populações indígenas e demais minorias sociais, que somadas, constituíam a maioria do povo



brasileiro – malgrado minoritárias no acesso ao poder e ao direito de ficar na história.

A importância de estudos relacionados a acervos de minorias sociais é cada vez mais necessário, por seu direito a constituírem sua memória e também pela evidência de suas reivindicações políticas que foram negadas durante décadas, haja vista a especificidade que os documentos podem transmitir ao estudar o contexto desse movimento em sua generalidade, desde caso de discriminação até as práticas culturais do grupo, não retirando o direito de fazerem parte de nossa história e memória.

O problema dessa pesquisa é a constatação de que existem poucos arquivos constituídos com acervos de algumas minorias sociais no Brasil, em cujo contexto inserem documentos do movimento homossexual de nosso país neste contexto, pois muitos acervos pessoais de homossexuais foram destruídos por familiares durante muitos períodos por medo de repressão perante a sociedade. Assim, omitiu-se documentação sobre vítimas de crimes homofóbicos, sendo prática corrente na generalidade das famílias brasileiras a destruição de cartas, diários, livros, fotos e materiais pessoais logo após o falecimento de parentes gays, lésbicas e travestis, destruindo-se, assim, a memória daquela “ovelha negra” da família, ocorrendo o mesmo com a documentação de alguns grupos de sociabilidade homossexual. (MOTT, 2007).

O direito a memória das minorias sociais, seja ela de grupos homossexuais ou de qualquer outro, floresce atualmente pela necessidade de inseri-los num contexto histórico negado por muitos períodos de repressão em nosso país, como na Ditadura Militar ocorrida no Brasil de 1964 a 1985, tendo então poucas referências que contextualizem as vivências desses grupos. Observa-se também, que quando se trata de reivindicações de minorias sociais outros fatores devem ser considerados como o contexto cultural que vigorou cada período de nossa história, e a mentalidade preconcebida pelos segmentos dominantes (elitista) que de certa maneira não correspondera aos anseios da sociedade no geral, considerando o mosaico sócio-cultural no qual sempre existira no Brasil, sendo estes segmentos controladores do Estado e ainda do estilo ou “modelo de vida a ser seguido” segundo seus preceitos.

Mesmo que tardiamente, a (re) construção ou identificação da memória dessas minorias sociais é de importância para que esses possam inserir-se numa identidade maior dentro de um contexto sócio-político-cultural, como “seres” identificatórios, numa sociedade em que quem não tem sua memória viva e respeitada, está privado de se identificar como um indivíduo com atuação social presente de cidadania, como por exemplo, os judeus, os negros e



sua cultura afro-descendente, os homossexuais e suas reivindicações históricas etc. Aqui, cabe colocar que mesmo com a problemática da custódia de documentos e a falta de interesse de alguns arquivos brasileiros em resgatar os documentos dessas minorias, principalmente do movimento homossexual brasileiro, existem e devem ser referenciadas as instituições que se preocupam em preservar para posterioridade, acervos desta natureza que assim como outros são potencialmente ricos de informações para essas minorias e seus movimentos.

Como objetivo dessa pesquisa temos a contribuição para estudos na área da arquivística, sobre a custódia de documentos a partir da composição dos fundos privados. Assim como, demonstrar se a memória oficial (ou oficiosa) contempla as minorias sociais; evidenciar a relevância social do arquivo e do profissional arquivista quanto a sua participação para constituição de acervos para acesso, recuperação e divulgação da informação e contribuir para o estudo sobre a memória da homossexualidade no Brasil.

Esta pesquisa caracteriza-se, quanto aos objetivos, como exploratória e empírica, com aplicação de questionário para coleta de dados, estudos em instrumentos de pesquisa (inventário, guia e catálogo) do Arquivo escolhido.

Nesse contexto, tem-se o Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), que custodiava documentos que servem como fonte de pesquisa e para o enquadramento de memória de algumas minorias sociais, não se restringindo apenas aos documentos do militante pela causa operária e do militante Edgard Leuenroth, mas também do movimento homossexual brasileiro (Somos, Triângulo Rosa, João Mascarenhas etc), do feminista, do negro, e outros cuja importância é inegável para história dos movimentos sociais em nosso país.

Nora (1993, p.14) nos coloca que, embora a memória seja vivida no interior dos indivíduos, quase sempre ela necessita de suportes exteriores (materializada) e de referências tangíveis que só vivem através delas. Ainda, aponta que daí a obsessão pelo Arquivo que marca o contemporâneo e afeta, ao mesmo tempo, a preservação do presente e do passado.

Mas queremos delimitar aqui o Arquivo como fonte de pesquisa para re (constituição) da memória e identidade, materializado na custódia dos documentos e refletido na composição de seus fundos, respeitando o princípio da proveniência e a ordem original dos documentos, conceitos importantes quando pensamos no resgate da informação que esses documentos possam nos oferecer.

Cabe mostrar, também, que a constituição de alguns fundos “privados” que foram parar em alguns arquivos públicos e que hoje são de acesso público é resultado do esforço de segmentos (como alguns grupos de militância homossexual que conhecemos hoje) não

ligados ao governo ou as suas políticas arquivística, como no caso dos documentos de algumas minorias sociais que constitui hoje o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL - instituição pública, com documentos privados).

Observa-se então, que muitos documentos depositados no AEL foram guardados por pessoas interessadas em resguardar a memória de seus grupos que depois doaram ou venderam ao mesmo, a maioria desses documentos foram produzidos por alguns movimentos, refletindo em sua maioria, o contexto de algumas minorias sociais brasileira, tendo este arquivo um diferencial dos demais de nosso país, pois é observável nele, um acervo peculiar relacionado ao movimento homossexual, operário, negro, feminista etc.

Dessa forma, propõe-se, verificar como o Arquivo nos serve como um lugar dispositivo de memória e identidade de indivíduo ou grupos, que especificamente nesta pesquisa trataremos da composição do fundo grupo ‘*Somos*’ e sua contribuição para a memória de pessoas ou grupos do movimento homossexual brasileiro.

Os estudos sobre a custódia de documentos arquivísticos e sua relação com o fundo, que possa refletir nas questões acerca da memória coletiva ou identidade de grupos e indivíduos na área da arquivística privilegiará os aspectos sociais que o conteúdo destes documentos podem nos oferecer, enfocando questões como direito, história e memória (que nos serve para florescer nossa identidade), sob uma perspectiva epistemológica arquivística, colaborando então, para linha de pesquisa Informação e Sociedade. É importante ressaltar que mesmo com poucos estudos na área sobre esta temática, há literatura que nos oferece um rico recorte, sem comprometer seus objetivos.

Esta pesquisa contribuirá para que o movimento homossexual brasileiro e o grupo *Somos* possam ter um referencial sobre os elementos que norteiam a custódia de seus documentos, assim como para mostrar a responsabilidade social que o profissional arquivista (e até mesmo o governo vigente) deve ter quanto ao tratamento e a composição de acervo de qualquer natureza (de minorias sociais etc).

Segundo Facchini (2003, p.86) da bibliografia consultada por ela sobre os movimentos homossexuais no Brasil consta o grupo *Somos* como primeiro a reivindicar os direitos dos homossexuais em sua amplitude política, no qual surge em 1978 na cidade de São Paulo, uma vez que os movimentos anteriores tinham suas atividades pautadas unicamente para e na “sociabilidade” como, por exemplo, a Associação Brasileira de Imprensa Gay (1967-1968) e jornal *O Snob* (1963-1968).

O grupo cresceu rapidamente, obrigando seus integrantes a se estruturarem de forma organizacional, para troca de idéias e discussões, sendo que suas reuniões diversificavam-se

em casas de vários participantes, já que não havia um lugar disponível como sede, e até mesmo porque naquele momento não queriam centralizar ou burocratizar o grupo, vivendo em clima de semiclandestinidadade, necessário naquele período do Brasil em que eram até mesmo vigiados pela policia. (TREVISAN, 2004, p.345).

O Somos adquiriu uma grande notoriedade não somente do ponto de vista histórico, que o pontua como primeiro grupo de militância homossexual brasileiro de reivindicações políticas, mas também por ter marcado as vidas de pessoas que o compuseram, contribuindo para que muitos homossexuais se afirmassem e se identificassem como tais (FACCHINI, 2003, p.86).

Espera-se como resultado, demonstrar que o Arquivo pode ser utilizado como um lugar fonte de memória e identidade de grupos ou indivíduos através da custódia dos documentos, e que há intervenções políticas na formação de alguns acervos, excluindo e/ou renegando parte da memória de minorias sociais de nosso contexto histórico.

2 Movimento Homossexual e o grupo SOMOS

No início da década de 1960 surgem no Brasil associações de homossexuais preocupados com questões de sociabilidade, não se caracterizando ainda como grupos ou movimentos de militância política, o que surgiria, mais tarde.

Conforme expõe Facchini (2002, p. 88), os debates de 1979 realizados no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo tinham como proposta discutir questões sobre a organização das minorias sociais brasileiras, contribuindo para o surgimento de alguns movimentos de militância político-social, como o grupo ‘Somos’, considerado o primeiro grupo brasileiro de militância homossexual com caráter político.

Segundo Trevisan (2004, p.343), ao se discutir a homossexualidade nesse evento, sucedido na USP, ocorreu o mesmo problema que sucedera com causa racial, ou seja, a falta de interesse de muitos e até mesmo o preconceito em refletir a questão, visto a afirmação de um dos participantes no qual colocara que a luta homossexual não passava de uma tentativa de escamotear a luta de classes, causando uma discussão nunca vista até então. Nessa efervescente discussão que durou horas, o movimento homossexual brasileiro acabava de conquistar o seu primeiro espaço.

O surgimento do grupo *Somos* ocorreu perante muita controvérsia, pois estudantes e profissionais da esquerda universitária reiterara suas fidelidades ao dogma da luta de classes,



propriamente operárias, em cujo âmbito não haviam inserido, as questões da homossexualidade.

Conforme Trevisan (2002, p.373), a “luta maior” era, justamente, a luta do proletariado, o que deflagraria a revolução em seu sentido mais abrangente, sendo as demais irrelevantes e até mesmo divisionistas. Nesse contexto nasce o grupo ‘Somos’, nome “expressivo, afirmativo, palindrômico, rico em semiótica e sem contra indicações”, como dizia no documento de abertura publicado pelo grupo na época. O grupo era composto inicialmente em média por cem pessoas, as discussões eram sistematizadas para que tivessem uma melhor explanação das idéias e dos problemas a serem enfrentados, pois o grupo ainda estava na semiclandestinidade, necessária na época em que nosso país vivia o regime militar, que fora instaurado em 1964, durando até 1985, tendo a polícia acompanhado o trabalho de grupos considerados “comunistas ou subversivos”.

Em sua fase inicial, era um grupo de reconhecimento ou identificação, e os ingressantes eram obrigados a participar de reuniões informais, para se firmarem como integrantes. O número de mulheres no grupo cresceu muito ao longo do desenvolvimento de suas atividades, formando posteriormente grupos próprio para discussão de questões como machismo, preconceito racial e a homossexualidade feminina, até então, pouco discutida no ‘Somos’.

Na década de 80 o ‘Somos’ torna-se autônomo e passa a modificar sua gestão, fato este ligado ao amadurecimento de seu trabalho dividindo, então, os componentes do grupo em grupos de trabalho e dinamizando ainda mais suas atividades. Isso propiciou uma mudança no rumo do grupo foi sua afirmação de que a homossexualidade devia ser uma instância de determinação dos próprios homossexuais, não se ligando inicialmente a nenhum partido político, mas reivindicando apenas as suas causas, de inserção dos homossexuais numa sociedade menos preconceituosa e plena de direitos.

No final de 1979, começaram os preparativos do I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados, que aconteceu em São Paulo, no mês de abril de 1980 na Faculdade de Medicina da USP. Esse evento mostrou que a esquerda se interessava pelo movimento homossexual, porém sempre vigilante e com certo controle sobre os grupos (TREVISAN, 2004, p. 374).

Trevisan (2004, p.364) constata que a primeira formação do ‘Somos’, tinha como líder um Trotskista (que tinha dupla militância), norte-americano, para quem o grupo atirava como matriz orientando outros grupos que fossem surgindo, sendo os grupos menores uma filial e com número reduzido de pessoas.



Como já descrevemos anteriormente, o grupo era dividido em grupos de trabalho, como de Divulgação, com propostas de discussões teóricas, cursos e palestras, que foram oferecidas pelo segmento de convergência socialista, em sua sede. Esse segmento fez com que o grupo participasse de acontecimentos importantes de nossa história como a comemoração do 1º de maio de 1980, no Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo, junto com os trabalhadores do movimento sindicalista, propiciando divergências dentro do ‘Somos’.

Segundo Trevisan (2002, p. 369), ocorreu um escândalo no ‘Somos’ na década de 1980 ao descobrir um documento confidencial da Convergência Socialista que tratava de um manual com indicações sobre como tomar o poder dentro do movimento homossexual. Nele, o ‘Somos’ era visto como ponto de partida do proletariado dentro do Movimento Homossexual Brasileiro; e a convergência Socialista elegia-se, naturalmente, como a única vanguarda capaz de dar um adequado direcionamento revolucionário ao movimento homossexual. Esse fato fez com que saísse vários segmentos desse mesmo grupo, formando outros, como as lésbicas que, num primeiro momento, se uniram ao movimento feminista.

O surgimento da Revista “Lampião da Esquina” em 1979, fez com que a questão da homossexualidade e do grupo ‘Somos’ ficasse em evidência no país, ocasionando repressões aos líderes destes segmentos.

É importante ressaltar segundo Trevisan (2004, p. 371), que o Grupo Gay da Bahia (GGB), fundado em 1980, talvez seja o primeiro grupo de direitos homossexual a ser registrado como sociedade civil, em 1983, porém, a identidade homossexual (ou gay) não era pautada neste período inicial por várias problemáticas: ditadura, interesses políticos etc.

Trevisan (2002, p.376) aponta que a questão da identidade gay passa a ser mais discutida a partir dos anos 1990 ocasionada pela inserção dos homossexuais no mercado especializado para eles, passando a ser uma fatia de consumo importante para economia, surgindo jornais e revistas de teor mais voltados para cultura e consumo, do que somente os eróticos, dirigidos para um público maior do segmento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

Neste sentido, é de interesse, para a arquivística, refletir a produção e a custódia de documentos das minorias sociais, especificamente nesta pesquisa do movimento homossexual brasileiro, considerando a sua importância em nosso contexto, fato quase inédito durante muitos períodos por motivo de preconceito e perseguição política.

3 Arquivo e Memória Social



Conforme Bellotto (2000, p.3), o documento arquivístico representa muito mais que um suporte, uma estrutura e um conteúdo. Implica na guarda, circunstância e na vontade de dar origem a um fato. Também segundo a autora, indica um propósito por meio de qual um fato e uma vontade determinam conseqüências; é o resultado de um procedimento de criação que verá refletido na forma documental.

Esses fatos se configuram de várias formas, refletindo direitos, constituindo memórias, identidades, e acima de tudo colaborando para contar nossa história ou memória por outro viés, lembrando que o olhar arquivístico é importante nesse processo, fazendo uma boa política de guarda para que não deixe de contemplar todos os segmentos da nossa sociedade.

Gagnon-Arguin (1998, p. 34) nos mostra a importância do arquivo para investigação, utilizado por diferentes áreas do conhecimento, como na Sociologia, Demografia, Medicina, investigação em Arte e em outras áreas, mas o que nos chama mais atenção é que os documentos dessa instituição nos expõem o conteúdo ou informações de nossas raízes. Segundo a autora, os arquivos estão longe de serem depósitos exclusivos de atos oficiais resultantes de atividades administrativas e sim, instituições destinadas a recolher, organizar, conservar e tornar acessíveis os documentos da memória coletiva.

Alguns vestígios podem auxiliar para que grupos ou indivíduos possam construir sua memória ou identidade a partir de outros grupos que, segundo Lowenthal (1998, p. 84), “[...] aqueles que trazem mais de seu passado para o presente confirmam sua própria identidade e enriquecem o presente com os resíduos amplificados do passado”.

Tendo a lembrança um caráter pessoal e contribuindo o esquecimento para o seu processo, aumenta a dificuldade de confirmá-la, pois ninguém poderá comprovar nossas experiências pessoais, somente nós mesmos e muitas vezes com implicações ocasionadas pelo esquecimento, sendo então importante a materialização de nossas ações em suportes duráveis ao condicionamento do tempo numa instituição que possa nos oferecer o resgate de nossa memória. Lowenthal (1998, p. 109) mostra que para lembrar e comunicar o passado é preciso haver instituições complexas e duradouras, preservando-se então os arquivos contra o lapso da memória.

É de grande relevância explicitar que a memória apresenta algumas fragilidades, por seu caráter seletivo e sua condicionante a lembrança, pois muitas vezes recordamos através de eventos marcantes ou aquilo que nos deu satisfação em certo período de nossas vidas, mostrando-se então nesse momento, segundo Nora (1993, p. 13), a importância dos lugares da memória, não querendo nós que fatos se percam no tempo, ou deixemos de lembrar outros

fatos não tão marcantes, mas que talvez seja importante para nossa identidade e memória e inserção num contexto social.

Pollak (1992, p. 207) coloca que a memória é socialmente construída, assim como toda documentação, logo as fontes escritas ou orais não apresentam diferença entre si, porém, é evidente que a construção que fazemos do passado, inclusive a construção mais positivista, é sempre tributária da intermediação do documento.

Visto a importância da memória para os grupos e indivíduos que dela se apropriam, é de relevância refletir aqui os lugares da memória conforme a concepção de Nora (1993), especificamente o Arquivo, como este é apresentado como instituição detentora de documentos com valor de prova e como serve para (re) constituição da memória coletiva.

Segundo Decca (1992, p. 130),

A própria produção de lugares da memória em nossos dias atesta essa nova percepção de ruptura, onde o cidadão tem plena consciência da impossibilidade de uma memória espontânea, garantida por suportes sociais e coletivos. Este sentimento tem gerado novos suportes da memória, onde grupos e minorias organizam sistematicamente os seus arquivos e mantêm sua preservação por meio de uma organização constante de celebrações e outros rituais. Refúgio para lugares onde se possa preservar a continuidade do passado e do presente, em tempo onde a mundialização, a massificação e o fenômeno da mídia rompem com todo o equilíbrio e com os suportes coletivos da memória, tal como existiram nas sociedades pré-industriais.

Nora (1993, p. 16) pontua que o arquivo mudou de sentido e até mesmo de status, não é mais o saldo intencional de uma memória vivida, mas a expressão voluntária e organizada de uma memória perdida. Afirma que este só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica e se for objeto de um ritual, e na falta dessa intenção de memória os arquivos serão apenas lugares de história.

Ao observar as definições de Nora e Lowenthal podemos assegurar que, ao se atribuir o Arquivo como lugar de memória por meio de seus documentos, contribuiu-se para formação ou junção da memória coletiva e identidade de grupos e indivíduos que muitas vezes não tiveram seu espaço no discurso historiográfico e na memória oficial de seu país por determinados motivos como, por exemplo: repressão política, preconceito ou discriminação, sendo que a intenção observada por Nora é importante para esse processo.

Segundo Jardim (1995, p. 1), “[...] a memória parece visualizada, sobretudo como dado a ser arqueologizado e raramente como processo e construção sociais” fato este que não deveria acontecer, pois os lugares de memória nos servirão para resgatar ou construir memórias perdidas ao longo do tempo, no qual apresenta valores sociais significativos como à



afirmação de identidades e até mesmo o direito das minorias sociais em fazerem parte da memória histórica de seu país, sendo estes fatores culturais muitas vezes implicados pela falta de visão e apreciação de muitos segmentos de nossa sociedade em ver a informação e a documentação como instrumento de transformações em nível político-social.

4 Considerações Parciais

A falta de políticas que identifique a frequência e o fundo consultado fez com que não identificássemos como se processa as pesquisas em nosso objeto de pesquisa, que nesse caso é o fundo grupo Somos, para que pudéssemos apontar se há trabalho relacionado ao enquadramento de memória de ex-militantes ou do próprio movimento homossexual.

Percebe-se também, que na década de 1980 ocorrem as primeiras iniciativas na constituição de acervos relacionados a minorias sociais, assim como sua importância para a história e memória brasileira, motivado pelas mudanças político-sociais ocorridas no Brasil.

A luta das minorias sociais pela inserção de suas identidades no contexto brasileiro fez com que aos poucos fosse mudado o cenário de suas reivindicações, refletindo diretamente no surgimento de centros de documentação ou fundo de arquivos especializados na temática.



REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

DECCA, E. S. de. Memória e cidadania. In: SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. **O direito a memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. 333 p.

FACCHINI, R. Somos – Grupo de afirmação homossexual: 24 anos depois. Reflexões sobre os primeiros momentos do movimento homossexual no Brasil, **Cadernos AEL**: Homossexualidade, sociedade, movimento e lutas, Campinas, v.10, n. 18/19, p. 79-123, 2003.

GAGHON-ARGUIN, L. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística. In: ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1998.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos, **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 01-13, 1995

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 17, p. 63-180, nov. 1998.

MOTT, L. R. de B. **Memória gay no Brasil**: o amor que não permite dizer o nome. Disponível em: <<http://br.geocities.com/luizmottbr/artigos07.html>>. Acesso em: 05 maio 2007.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, v. 10, p. 07-28, dez. 1993.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2007.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade. São Paulo: Record, 2004.